

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Senhores Acionistas,

A Administração da Dtcom Direct to Company S/A tem a satisfação de submeter à vossa apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Dtcom Direct to Company S/A (“Dtcom” ou “Companhia”), é uma sociedade de capital aberto, com sede em Quatro Barras, Paraná e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) sob o código DTCY3.

A Companhia tem por objeto social: a) prestar e executar serviços de telecomunicações e de radiodifusão de qualquer natureza, em todo o território nacional, mediante autorização, concessão e/ou permissão do Governo Federal, englobando os serviços de comunicação através de quaisquer plataformas tecnológicas de transmissão existentes e/ou que venham a ser criadas e desenvolvidas; b) prestar serviços de transporte de imagens, voz, áudio, vídeo, dados e Internet em alta velocidade; c) promover, através da utilização de satélites e sistemas de apoio, o treinamento, a atualização e a reciclagem profissional de mão de obra; d) promover, através da utilização de satélites e sistemas de apoio, a educação continuada a longa distância em todas as áreas do conhecimento e em todos os níveis de instrução; e) distribuir e comercializar sinais de canais de televisão por assinatura, próprios ou de terceiros; f) prestar serviços de educação continuada ou permanente à distância; g) prestar serviços de cursos de extensão e treinamento gerencial e profissional; h) promover e organizar seminários, congressos, simpósios e afins; i) criar, produzir, fornecer e comercializar programas, produtos e programação audiovisuais, bem como todo tipo de material de apoio na modalidade a distância; j) veicular propaganda e publicidade em todas as suas formas e modalidades, nos canais DTCom; k) prestar serviços de assessoria e consultoria relativos aos objetos definidos neste Estatuto, inclusive e-learning e ensino a distância; l) desenvolver sistemas de automação industrial e de escritórios; m) prestar serviços de processamento de dados; n) comercializar equipamentos e softwares; o) participar no capital de outras Sociedades; p) prestar serviços de implantação e operação de sistemas de vídeo conferência, integradas à plataforma de satélite.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis e métodos de mensuração adotados na elaboração das demonstrações contábeis individuais não sofreram alterações em relação às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

a) Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Sociedade foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E BASE DE PREPARAÇÃO

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2015.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e empréstimos, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo C.P.C. nº 12 ("Ajuste Valor Presente").

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Ativos circulante e não circulante

• Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e, quando aplicável, são ajustados a valor presente.

• Imobilizado

O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou formação, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 6 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo imobilizado (*Impairment test*).

À partir de 1º.01.2008 foi eliminada a possibilidade de registro de novas reservas de reavaliação para as sociedades por ações. A Companhia optou por manter os saldos decorrentes das avaliações, pautadas nos estudos de recuperação do seu ativo imobilizado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



- Intangível

O Intangível é registrado ao custo de aquisição, acrescidos de reavaliações espontâneas procedidas e registradas em 30 de setembro de 2003 e 28 de dezembro de 2007 e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído com efeitos a partir de 1º.01.2010. A amortização é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 7 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia, com base no Pronunciamento

Técnico CPC 01, realiza estudos, no mínimo anualmente, para estimar o valor recuperável de seu ativo intangível (*Impairment test*).

Bens e direitos intangíveis antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM 553, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado foram segregados dos tangíveis, ficando classificado em imobilizado, diferido e intangível.

- Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização. Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



g. Provisão para perdas na realização de créditos

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

h. Instrumentos financeiros

Todos os demais instrumentos financeiros devem ser avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado de acordo com o provável valor de realização, se este for inferior.

i. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

Mudanças em políticas contábeis

a) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1º de janeiro de 2016

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2016 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1º de janeiro de 2016 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Financial instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Companhia no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments:

O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

IFRS 15 Revenues from contracts with customers:

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

IFRS 16 Leases:

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases – Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes.

Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9 Financial Instruments ainda estão sob análise da administração da Entidade (2), uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os direitos reconhecidos no Circulante, Contas a Receber, decorrem na operação ordinária da Companhia, de acordo com seu fluxo financeiro de recebimentos.

Em média, a Companhia pratica prazo médio de 20 (vinte) dias corridos, entre a data do faturamento e efetivo recebimento. A Companhia está empregando esforços para reduzir tal prazo para a meta de 15 (quinze) dias corridos, no intuito de ajustar melhor seu fluxo financeiro.

Em 31 de dezembro de 2016 a posição de clientes com faturas em aberto era de R\$ 7.501 (R\$ 4.320 em 31 de dezembro de 2015).

Clientes	31.12.2016	31.12.2015
Públicos	5.377	3.677
Privados	2.447	946
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(323)	(303)
	7.501	4.320

A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas. Como critério para constituição da PCLD, a Companhia provisiona 100% dos valores vencidos há mais de 180 dias.

A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre títulos vencidos por prazo está demonstrada a seguir:

Vencimento do contas a receber bruto	31.12.2016	31.12.2015
A Vencer	5.089	4.247
Vencido com atraso de:		
01 a 30 dias	890	61
31 a 60 dias	395	
61 a 90 dias	131	2
Mais de 90 dias	1.319	313
	7.824	4.623

Do montante total constituído em 2014, R\$ 875 estão sendo objeto de discussão judicial. Montante este revertido do resultado em 2015, conforme negativa de recursos referente à condenação mencionada abaixo.

Para este montante de discussão judicial, a Companhia ingressou em 31/10/2011, com uma ação de cobrança de saldo contratual decorrente de serviços prestados durante a vigência do contrato nº 33/05 celebrado através da Secretaria de Estado da Educação com a interveniência da Fundação Aperipê de Sergipe – FUNDAP.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Em 14/04/2014, foi proferida a sentença condenando o Estado de Sergipe a pagar à DTCOM a quantia de R\$ 1.536.548,30 (um milhão, quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e oito reais e trinta centavos), devidamente atualizada, ou seja, com os acréscimos de juros legais moratórios desde 23.01.2012 da referida citação. Em 14.09.2015 os recursos foram julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, negando provimento ao recurso de apelação do Estado de Sergipe e dando provimento ao recurso adesivo da Dtcom para fins de majoração dos honorários advocatícios, ambos unânimes.

A Companhia diante da negativa de recurso atualizou e reconheceu em seu Contas a Receber e no Resultado o montante de R\$ 2.250, o qual se refere a Correção monetária pelo índice Poupança desde os vencimentos dos títulos e Juros mensais de 1% a partir do valor de citação em 23.01.2012.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – ATIVO E PASSIVO

Ativo - a recuperar:	31.12.2016	31.12.2015
Imposto de renda e contribuição social a compensar	265	443
INSS a compensar	1	1
Outros	391	302
	657	746
Passivo - a recolher:		
Impostos federais, estaduais e municipais	7.337	5.160
(-) Parcela classificada no circulante (incluindo parcelamentos)	(4.111)	(3.318)
Parcela classificada no não circulante (incluindo parcelamentos)	3.226	1.842

A Companhia possui uma criteriosa análise tributária, com foco no aproveitamento de possíveis créditos fiscais. Em razão do resultado econômico apurado no último exercício, a Companhia reconhece os valores de imposto de renda e contribuição a compensar fruto das retenções na fonte ocorridas durante os exercícios de 2015, 2014, 2013, 2012, 2011 e de 2010. Tais créditos são utilizados para compensar os custos com impostos federais incorridos no exercício seguinte, tendo impacto direto no fluxo financeiro da Companhia.

Como estratégia de reduzir o impacto dos custos de curto prazo no fluxo financeiro, a Companhia busca identificar oportunidades de parcelamento de impostos e contribuições, que sejam mais vantajosas em termo de prazo, custos e amortização. Elencamos abaixo algumas medidas adotadas para adequar os compromissos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Com o advento da Lei nº 11.941/09, que instituiu novo parcelamento federal intitulado REFIS IV e tendo em vista as condições favoráveis deste, a Companhia optou por reparcelar os seus débitos federais, que se encontravam já parcelados em programas anteriores. A adesão deu-se através de programa disponibilizado, no sítio da Receita Federal do Brasil cujo parcelamento foi estabelecido em 180 meses com redução de 60% da multa, 25% dos juros e 100% dos encargos legais, nos termos que lhe garante o artigo 1º, da Lei nº 11.941/09, e artigos 15 e 17, da Portaria Conjunta da PGFN/RFB nº 06/09.

Na data de 28.07.2011, a Companhia concluiu a Consolidação do Parcelamento de Saldo Remanescente do Programa Refis da Lei nº 11.941/2009, efetuando o parcelamento em 19 e 40 parcelas.

Em maio de 2010 a Companhia aderiu ao parcelamento estadual junto a Secretaria de Estado e Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, efetuando parcelamento em 60 meses, conforme previsto na Lei Estadual nº 5.647/2010.

Em 2014 a Companhia identificou importante oportunidade de liquidação de grande parte do saldo devedor dos seus compromissos tributários federais. Tal oportunidade decorreu da Medida Provisória n. 651/2014, art. 33:

“Art. 33. O contribuinte com parcelamento que contenha débitos de natureza tributária, vencidos até 31 de dezembro de 2013, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB ou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN poderá, mediante requerimento, utilizar créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, apurados até 31 de dezembro de 2013 e declarados até 30 de junho de 2014, para a quitação antecipada dos débitos parcelados”.

Através de um minucioso planejamento tributário, a Companhia identificou oportunidade de aderir a tal programa, tendo impacto significativo em suas demonstrações e na própria redução do passivo.

Impostos e Contribuições a recolher	31.12.2014
Saldo Operacional	6.437
Medida Provisória n. 651/14	2.407
. Pagamento 30% em espécie	722
. Compensação Prej Fiscais	1.685
Saldo Final	4.030
% Redução Passivo	-37%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



DEMONSTRATIVO DE PREJUÍZO FISCAL E/OU BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DA CSLL					
Cedente	Origem	Valor do montante solicitado		Percentual	Valor do crédito correspondente
Crédito Próprio	Prejuízo Fiscal	R\$	4.955	25%	R\$ 1.239
	Base de Cálculo Negativa da CSLL	R\$	4.955	9%	R\$ 446
TOTAL		R\$	4.955		R\$ 1.685

7. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2016	31.12.2015
Terrenos		154	175	601	930	930
Edificações	2% e 10%	792	189	186	1.167	1.167
Móveis e utensílios	10%	581	160	168	909	909
Equipamentos de som e imagem	10%	3.450	3.756	1.471	8.677	8.675
Equipamentos de recepção e transmissão	10%	7.308	2.489	1.859	11.656	11.327
Equipamentos de informática	10%	1.164	1.096	127	2.387	2.381
Outros itens		258	29	23	310	310
					26.036	25.699
(-) Depreciação acumulada					(18.941)	(17.842)
					7.095	7.857

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações Contábeis como um todo, a Companhia e suas controladas avaliaram a vida útil-econômica desses ativos e concluíram que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



a. Movimentação do Imobilizado

Custo	31.12.2015 Custo	Adições	Baixas	31.12.2016 Custo
Terrenos	154			154
Edificações	792			792
Móveis e Utensílios	581			581
Equipamentos de som e imagem	3.448	2		3.450
Equipamentos de recepção e transmissão	6.979	333	5	7.307
Equipamentos de informática	1.158	6		1.164
Outros itens	258			258

Depreciação	31.12.2015	Adições	Baixas	31.12.2016
Edificações	(382)	(15)		(397)
Móveis e Utensílios	(445)	(33)		(478)
Equipamentos de som e imagem	(2.930)	(77)		(3.007)
Equipamentos de recepção e transmissão	(3.379)	(566)		(3.945)
Equipamentos de informática	(969)	(28)		(997)
Outros itens	(246)	(2)		(248)

b. Movimentação da Reavaliação

Custo Reavaliação	31.12.2015 Custo	Adições	Baixas	31.12.2016 Custo
Terrenos	175			175
Edificações	189			189
Móveis e utensílios	160			160
Equipamentos de som e imagem	3.756			3.756
Equipamentos de recepção e transmissão	2.489			2.489
Equipamentos de informática	1.096			1.096
Outros itens	29			29

Depreciação Reavaliação	31.12.2015	Adições	Baixas	31.12.2016
Edificações	(105)	(3)		(108)
Móveis e utensílios	(158)	(2)		(160)
Equipamentos de som e imagem	(3.758)			(3.758)
Equipamentos de recepção e transmissão	(2.486)	(3)		(2.489)
Equipamentos de informática	(1.103)			(1.103)
Outros itens	(28)			(28)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



c. Movimentação de Ajustes de Avaliação Patrimonial

Custo Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2015 Custo	Adições	Baixas	31.12.2016 Custo
Terrenos	601			601
Edificações	186			186
Móveis e utensílios	168			168
Equipamentos de som e imagem	1.471			1.471
Equipamentos de recepção e transmissão	1.859			1.859
Equipamentos de informática	127			127
Outros itens	23			23

Depreciação Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2015	Adições	Baixas	31.12.2016
Edificações	(30)	(6)		(36)
Móveis e utensílios	(84)	(17)		(101)
Equipamentos de som e imagem	(735)	(147)		(882)
Equipamentos de recepção e transmissão	(930)	(186)		(1.116)
Equipamentos de informática	(63)	(12)		(75)
Outros itens	(11)	(2)		(13)

d. Imobilizado totalmente depreciado em operação

Custo / Reavaliação / Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2016	31.12.2015
Edificações	51	51
Móveis e utensílios	417	396
Equipamentos de som e imagem	6.450	6.406
Equipamentos de recepção e transmissão	3.979	3.899
Equipamentos de informática	1.995	1.990
Outros itens	269	265

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado, suportada por laudo de empresa especializada legalmente habilitada, conforme 13ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2003. O registro da reavaliação foi efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei nº 6.404/76.

No exercício de 2007 a Companhia reavaliou seus ativos imobilizado e intangível. A reavaliação está suportada por trabalho realizado por perito legalmente habilitado, e consequente laudo de avaliação. O registro da reavaliação foi efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei nº 6.404/76, incluindo a provisão dos efeitos fiscais equivalentes, bem como aprovado na 16ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2007.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Ato contínuo, em observação ao item 44 da Deliberação CVM 183/95, a Companhia visou resguardar o valor recuperável dos seus ativos, alinhando-se, inclusive ao que dispõe a Lei nº 11.638/07, com relação ao *impairment*, e ao Pronunciamento Técnico CPC 01, a Administração solicitou revisão dos procedimentos de avaliação, obtendo uma redução em relação aos montantes apresentados anteriormente. Essa foi aprovada na 44ª Reunião do Conselho de Administração, de 29 de abril de 2008, para ser posteriormente retificada em nova AGE.

A Companhia tomou a decisão de manter os saldos da reavaliação efetuado nos termos dos artigos 182 § 3º e 178 § 2º da Lei nº 6.404/76, até a sua efetiva realização, alinhando-se ao que dispõe a Lei 11.638/07 e Instrução CVM nº 469/08.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos imobilizados, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os ativos imobilizados (custo corrigido/reavaliado) não apresentam indícios externos e/ou internos de não realização futura.

Em atendimento ao CPC 27 – Ativo Imobilizado e a ICPC 10, no exercício de 2010 a Companhia contratou uma empresa especializada que realizou um estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas a partir de 1º.01.2010, que impactaram positivamente no resultado da Companhia, no exercício de 2010, na ordem de R\$ 1.073. Este Laudo foi aprovado na 53ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 28.03.2011.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22.12.2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou bens patrimoniais ainda em operação gerando benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



8. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	Custo de aquisição	Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2016	31.12.2015
Software	10%	891	270	285	1.446	1.424
Programa ensino site	20%	250			250	250
Acervo Técnico	10%	4.204	111	836	5.151	5.143
Gastos com desenvolvimento de projetos	10%	624			624	624
Gastos administrativos e divulgação	5%	1.273			1.273	1.273
Outros itens		52			52	52
Intangível em andamento		1.927			1.927	1.653
					10.723	10.419
(-) Amortização acumulada					(5.708)	(5.102)
					5.015	5.317

a. Movimentação do Intangível

Custo	31.12.2015 Custo	Adições	Baixas	31.12.2016 Custo
Software	869	22		891
Programa ensino site	250			250
Acervo Técnico	4.196	8		4.204
Gastos com desenvolvimento de projetos	624			624
Gastos administrativos e divulgação	1.273			1.273
Outros itens	52			52
Intangível em andamento	1.653	274		1.927

Amortização	31.12.2015	Adições	Baixas	31.12.2016
Software	(703)	(29)		(732)
Acervo Técnico	(1.964)	(333)		(2.297)
Gastos com desenvolvimento de projetos	(547)	(62)		(609)
Gastos administrativos e divulgação	(955)	(64)		(1.019)
Outros itens	(4)			(4)

b. Movimentação da Reavaliação

Custo Reavaliação	31.12.2015 Custo	Adições	Baixas	31.12.2016 Custo
Software	270			270
Acervo Técnico	111			111

Amortização da Reavaliação	31.12.2015	Adições	Baixas	31.12.2016
Software	(261)	(5)		(266)
Acervo Técnico	(110)	(1)		(111)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



c. Movimentação de Ajustes de Avaliação Patrimonial

Custo Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2015 Custo	Adições	Baixas	31.12.2016 Custo
Software	285			285
Acervo Técnico	836			836

Amortização Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2015	Adições	Baixas	31.12.2016
Software	(141)	(28)		(169)
Acervo Técnico	(417)	(84)		(501)

d. Intangível totalmente amortizado em operação

Custo / Reavaliação / Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2016	31.12.2015
Software	844	804
Gastos administrativos e divulgação	4	4
Acervo Técnico	1.048	780

Da mesma forma que a Companhia reavaliou seus ativos tangíveis, foi realizada a reavaliação de seus bens intangíveis que foram aprovados da mesma forma descrita na nota 6.

Os softwares referem-se a licenças adquiridas para utilização no parque tecnológico e setor administrativo.

Os gastos pré-operacionais administrativos e com divulgação, referem-se a gastos pré-operacionais de investimentos de imagem e remodelagem de produtos, incorridos até 30 de novembro de 2000.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, foram elaborados os estudos econômicos de projeções de longo prazo demonstrando a ocorrência de benefícios futuros atribuíveis aos ativos da Companhia, incluindo os intangíveis.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos intangíveis, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os ativos intangíveis (custo corrigido/reavaliado) não apresentam indícios externos e/ou internos de não realização futura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Taxa de juros anuais (%)	Vencimentos	31.12.2016		31.12.2015	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
<u>Empréstimos</u>						
Banco ABC Brasil S.A. Nº 3748115	CDI + 7,44	07/07/2020	1.248	3.070	2.176	3.264
Banco Bradesco S.A. Nº 237/3645/0209	18,60	12/09/2019	936	1.638		
Banco Bradesco S.A. - Capital e Giro			195			
Banco Bradesco S.A. - Limite	1,5% a.m	09/02/2017	150			
<u>Saldo devedor da Conta Corrente:</u>						
Banco Bradesco S.A.	1,43% a.m.	03/01/2017	70		112	
Banco Bradesco S/A - Flex	12,08% a.m	24/02/2017	200		199	
Banco ABC Brasil S.A.	6,63 a.m	05/10/2018	311		100	
<u>Outros Empréstimos e Financiamentos</u>						
Contrato BNDES	11,76	13/01/2019	66	72	67	138
Conta Corrente Incorporação			1.071			
			4.247	4.780	2.654	3.402

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços.

A Companhia submeteu à aprovação do Conselho de Administração proposta de captação de recursos financeiros para: a) financiamento do plano de investimentos 2014/2015; b) viabilizar a adesão à Medida Provisória n. 651/2014, art. 33, a qual exigia pagamento antecipado de 30% da dívida; c) reforço do fluxo de caixa.

a) Cronograma de Pagamentos

Em 31 de dezembro de 2016, a amortização principal dos empréstimos com instituições financeiras apresentava os seguintes vencimentos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Instituição	Vencimentos	Consolidado
<u>Empréstimos</u>		
Banco ABC Brasil S.A.	2017	1.205
	2018	1.205
	2019	1.205
	2020	703
		4.318
<u>Empréstimos</u>		
Banco Bradesco S.A.	2017	936
	2018	936
	2019	702
		2.574
<u>Financiamentos</u>		
Contrato BNDES	2017	66
	2018	66
	2019	6
		138

O cronograma de pagamentos dos empréstimos bancários está perfeitamente ajustado ao fluxo financeiro da Companhia.

10. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A Companhia adota política de parceria com seus fornecedores, estabelecendo relacionamentos de longo prazo, o que permite melhorar a qualidade dos serviços / produtos, bem como obter ganho de escala. Para tal a Dtcom adota política de transparência, quanto à prestação de serviços e pagamentos de suas obrigações, ajustando o fluxo de forma que seja benéfico para toda cadeia produtiva.

Não é à toa que a Companhia conta com parcerias de mais de 10 anos, fruto de relacionamento estreito e respeitoso.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Conforme Fato Relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na data de 26.07.2011, os acionistas Ouro Verde Investimentos e Participações S/A, Palmital Serviços Técnicos e Participações Ltda, RIC Empreendimentos e Consultoria S/A, Augustus Administração S/A, F Mota Administração e Empreendimentos S/A e Sr. Mário José Gonzaga Petrelli celebraram com a Companhia, Instrumento Particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 1.171.667,00 (Um milhão, cento e setenta e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais), sendo integralizado em 5 (cinco) parcelas. O futuro aumento de capital será oportunamente deliberado, em consonância com a legislação em vigor.

O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) destina-se à redução do endividamento da Companhia à curto prazo. Obrigando-se o acionista, em caráter irrevogável e irretratável, a subscrever o AFAC, a ser realizado mediante subscrição pública ou privada de ações ordinárias de emissão da Companhia, e utilizar o AFAC na integralização das Ações.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Foram registrados créditos tributários sobre prejuízos fiscais até o limite de R\$ 26 (R\$ 31 em 31 de dezembro de 2015), que corresponde ao total de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre a reserva de reavaliação, registrados no passivo não circulante.

Como a realização do crédito potencial remanescente depende de eventos futuros, observada a Deliberação CVM nº. 371, não foram registrados os créditos tributários diferidos sobre os prejuízos fiscais em função da inexistência de histórico de rentabilidade, conforme preconizado na referida instrução. Este crédito tributário potencial, conservadoramente não reconhecido, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é assim resumido:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	31.12.2016		Total	31.12.2015		Total
	Imposto de renda	Contribuição social		Imposto de renda	Contribuição social	
Base negativa de contribuição social		45.856			46.038	
Prejuízo fiscal de imposto de renda	45.856			46.038		
Base de cálculo	45.856	45.856		46.038	46.038	
Alíquota	25%	9%		25%	9%	
Crédito tributário potencial	11.464	4.127	15.591	11.510	4.143	15.653
(-) Crédito tributário registrado	(19)	(7)	(26)	(23)	(8)	(31)
Crédito tributário potencial não registrado	11.445	4.120	15.565	11.487	4.135	15.622

13. PATRIMONIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 54.110 mil (idem em 31 de dezembro de 2015), divididos em 7.338.756 (sete milhões, trezentos e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta e seis) ações ordinárias e 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferencias, todas sem valor nominal.

b. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado, e com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

c. Destinação dos lucros

Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos antes de qualquer outra destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. Do lucro líquido do exercício (se aplicável) conforme determinado no artigo 191 da Lei nº 6.404/76, 5% serão aplicados na reserva legal, que não excederá 20% do capital social. Serão garantidos aos acionistas, após feitas as devidas deduções e destinações, um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



14. RESULTADO POR AÇÃO

Prejuízo por ação

Em atendimento ao CPC 41, aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação, seguem abaixo as informações sobre o prejuízo por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O prejuízo por ação atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos controladores e não controladores foi calculado através da divisão do prejuízo líquido do exercício, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do prejuízo por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	31.12.2016	31.12.2015
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(117)	(436)
Quantidade de ações ao final do exercício	7.789.411	56.132
Lucro (Prejuízo) por ação no final do exercício	<u>(0,0000)</u>	<u>(0,0078)</u>
	31.12.2016	31.12.2015
Prejuízo líquido atribuível a detentores de ações ordinárias - lucro básico e diluído por ação	(110)	(411)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	7.338.756	52.884.310
(Lucro) Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações em R\$	<u>(0,0150)</u>	<u>(0,0078)</u>
Prejuízo líquido atribuível a detentores de ações preferenciais - lucro básico e diluído por ação	(7)	(25)
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais	450.655	3.247.500
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações em R\$	<u>(0,0150)</u>	<u>(0,0078)</u>

Em razão do prejuízo apurado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, não haverá distribuição de dividendos aos acionistas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



15. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2016	31.12.2015
<u>Receitas</u>		
. Transmissão de sinal via satélite	2.891	3.574
. Prestação de serviços	13.982	11.871
. Outras receitas	69	
Total das Receitas Operacionais	16.942	15.445
<u>Dedução das Receitas Operacionais</u>		
. Cancelamentos s/ serviços		(4)
. Icms	(331)	(358)
. Pis	(250)	(219)
. Cofins	(1.149)	(1.009)
. Iss	(297)	(252)
Total das deduções	(2.027)	(1.842)
Total das Receitas Operacionais, líquidas	14.915	13.603

No grupo receita de transmissão de sinal via satélite encontra-se todos os serviços relacionados à plataforma tecnológica de transmissão de conteúdo por satélite, serviços estes típicos das soluções **DtcomSat**, onde são desenvolvidos projetos de comunicação corporativa, utilizando-se de tal plataforma.

No grupo receita de prestação de serviços engloba serviços não enquadrados no grupo anterior, neste sentido, incorpora serviços relacionados tanto à solução **DtcomSat**, quanto à solução **DtcomWeb**. A classificação do grupo de receita baseia-se na natureza da prestação de serviços.

A avaliação da Companhia quanto ao desempenho apurado é bastante satisfatória, a Companhia considera este desempenho como positivo, face os desafios que o ano de 2016 impôs ao mercado.

Do ponto de vista dos seus componentes, percebe-se que há uma tendência de crescimento do grupo serviços (R\$ 13.982 em 2016 e R\$ 11.871 em 2015), fruto do esforço na Companhia em agregar valor à sua base de clientes. Tal resultado pode ser analisado também à luz dos esforços da Companhia na alavancagem da vertical de negócios DtcomWeb.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



16. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2016	31.12.2015
<u>Custos dos serviços prestados</u>		
. Pessoal	2.967	2.886
. Energia elétrica	127	215
. Locação de satélite	1.057	2.009
. Instalação e manutenção de rede privada	921	325
. Produção de conteúdo/gravação	340	640
. Serviços de terceiros com transmissão	1.133	1.412
. Serviços de terceiros	784	772
. Depreciações e amortizações	1.526	1.486
. Outros custos	27	25
	<u>8.882</u>	<u>9.770</u>
Total dos custos dos serviços prestados		

A composição dos custos demonstra equilíbrio na distribuição dos recursos, sendo os itens de maior representatividade gastos com pessoal (33% em 2016 e 30% em 2015), serviços de terceiros voltados à prestação de serviços, como conectividade, serviços de transmissão (22% em 2016, idem 2015) e locação de satélite (12% em 2016 – migração de satélite – e 21% em 2015).

Ao longo de 2016, aprimoramos nossas ações de gestão de pessoas, viabilizando maior foco em nossos negócios através de uma estrutura centrada na gestão de marcas, de maneira a aprimorar nossas competências para sustentar nosso crescimento futuro.

Para o exercício seguinte a Companhia está tomando algumas ações para compensar o efeito da instabilidade econômica na estrutura de gastos, substituindo despesas operacionais por investimentos, renegociando com sua cadeia de fornecedores, melhorando a performance operacional.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



17. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	31.12.2016	31.12.2015
<u>Despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>		
. Pessoal	844	1.018
. Honorários da administração	413	660
. Serviços de assessoria e consultoria	273	315
. Serviços de terceiros	566	617
. Despesas gerais	211	251
. Depreciações e amortizações	123	127
<u>Total das despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>	<u>2.430</u>	<u>2.988</u>
<u>Despesas comerciais</u>		
. Pessoal	464	863
. Provisão (Reversão) para contingências trabalhistas	48	412
. Publicidade e propaganda	18	105
. Serviços de assessoria e consultoria	236	311
. Serviços de terceiros	84	162
. Despesas gerais	1	21
. Depreciações e amortizações	5	5
. Provisão para crédito de liquidação duvidosa	30	126
. Reversão das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(10)	(905)
. Despesas tributárias	37	46
<u>Total das despesas comerciais</u>	<u>913</u>	<u>1.146</u>
<u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>		
. Reversão de contingências	(142)	(126)
. Baixa de imobilizado		4
. Outras receitas operacionais		
<u>Total das outras receitas operacionais</u>	<u>(142)</u>	<u>(122)</u>

De forma geral, a Companhia mantém um rigoroso monitoramento de suas despesas e procura tomar ações imediatas para correção de distorções que se apresente.

O quadro de despesas administrativas e gerais apresentado abaixo, demonstra redução de 19% no comparativo com 2015, reflexo da sinergia com a empresa incorporada. A análise da estrutura de despesas permite inferir que o grupo de maior representatividade em 2016 são: a folha de pagamento, representando 35% das despesas administrativas, seguida de serviços de terceiros (23%) e honorários da administração (17%).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



18. RESULTADOS FINANCEIROS

	31.12.2016	31.12.2015
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos	1.892	1.222
Juros pagos ou incorridos	802	566
Multa dedutível	412	408
Outros	71	255
	<u>3.177</u>	<u>2.451</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Variações monetárias ativas	9	39
Outros	339	2.155
	<u>348</u>	<u>2.194</u>
Resultado Financeiro	<u>2.829</u>	<u>257</u>

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 estão identificados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Descrição	Saldo Contábil	Valor Justo
Disponibilidades	347	347
Contas a receber (1)	7.501	7.501
Impostos a recuperar	657	657
Fornecedores	(1.576)	(1.576)
Empréstimos e financiamentos (2)	(9.027)	(9.027)
Impostos a recolher	(7.337)	(7.337)

(1) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Ativo Financeiro Contas a receber ao final do período está demonstrada na nota 4.

(2) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Passivo Financeiro Empréstimos e financiamentos ao final do período está demonstrada na nota 8.

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Disponibilidades

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a receber

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber, aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Impostos a recuperar e a recolher

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores justos para os empréstimos e financiamentos idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Obrigações por conversão de debêntures

Estão apresentados ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Derivativos

Durante este exercício a Companhia não realizou operações com derivativos.

Limitações

Os valores justos foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

c. Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros e câmbio, às atividades e à regulamentação do setor em que atuam, bem como às licenças necessárias para o desenvolvimento das atividades.

i. Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Mensalmente é realizada uma constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.

ii. Risco de Liquidez

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Companhia acredita que tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los.

iii. Risco de Taxas de Juros

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. O endividamento da Companhia está sujeito à flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento da Companhia também crescerão. Para reduzir a exposição, monitoramos constantemente às condições e oscilações econômicas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



gerais das taxas de juros e o vencimento de títulos de mercado em condições normais e adversas. Por considerar que tais riscos não tenham impacto significativo nas demonstrações Contábeis da Companhia, não houve a necessidade de demonstração de seus impactos no resultado e patrimônio líquido.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas contratadas, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, correspondem a:

Descrição	Tipo de seguro	31.12.2016	31.12.2015
Estações transmissoras e receptoras	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubos e equipamentos eletrônicos	19.280	19.280
Veículos	Danos materiais e corporais a terceiros		

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui alguns processos nas áreas trabalhistas e previdenciárias, responsabilidade civil, sendo que a maioria destes processos originou-se do curso regular dos negócios da Companhia. Os processos apresentados neste item foram selecionados considerando, principalmente, sua capacidade de representar impacto significativo no patrimônio da Companhia, na capacidade financeira ou nos negócios.

Para identificar o grau deste impacto, a Companhia possui três categorias de risco de perda: Perda provável (que requerem provisionamento de recursos); Perda possível (que não requerem provisionamento de recursos); Perda remota (que não requerem provisionamento de recursos), esta avaliação de risco é realizada por advogados externos. Com base no histórico a administração acredita que os valores atualmente provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes dos processos dos quais é parte.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



As provisões constituídas e apresentadas nas informações trimestrais com referência a tais processos refletem razoavelmente as perdas estimáveis e prováveis apuradas pela administração da Companhia com base no parecer da área jurídica.

Os valores provisionados são suficientes para cobertura dos riscos apontados, sendo os mesmos atualizados com base nos relatórios apresentados pelos consultores jurídicos em 31 de dezembro de 2016 e de 31 de dezembro 2015, estão identificados a seguir:

	31.12.2016	31.12.2015
Ações Trabalhistas	518	464
Causas Cíveis	123	123
	641	587
Total de provisão para contingências	(518)	(464)
	123	123

O cálculo dos valores a serem provisionados reflete a melhor expectativa de perda de ações judiciais e administrativas, repassado conjuntamente com os advogados externos, responsáveis pela condução dos processos. Somente encontram-se provisionadas valores relativos aos processos cujo prognóstico apurado com os advogados externos é provável.

22. DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA/LAJIDA – INFORMAÇÃO ADICIONAL

	31.12.2016	31.12.2015
Prejuízo líquido do exercício	(117)	(436)
(+) Depreciação/amortização	1.654	1.618
(+) Resultado financeiro líquido	2.829	257
LAJIDA (EBITDA)*	4.366	1.439

* LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

* EBITDA - Earning before interest, taxes, depreciation and amortization

Uma das principais preocupações da Companhia é preservar e melhorar seu resultado operacional, neste aspecto a geração de Ebitda positivo é algo de muita relevância na análise de desempenho.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



A Administração da Companhia reforça sua percepção que o projeto Dtcom tem base sólida, com uma carteira privilegiada de clientes, com projetos sólidos e aderentes ao mercado, com equipe altamente competente e engajada e sem dúvida alguma a Companhia conseguirá implementar seu plano de crescimento, tornando-se ainda mais um case de sucesso.

Este indicador demonstra que a Companhia tem tido sucesso nos seus esforços de direcionamento de recursos para áreas de maior relevância na geração de novas oportunidades, na gestão eficiente da cadeia produtiva e no foco em resultados.

23. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS EMPREGADOS

A remuneração da Administração deve ser fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Desta forma, foi proposto na AGO realizada em 30 de abril de 2016 o montante global da remuneração anual da Administração, fixada em até R\$ 1.200.000 mil para o exercício de 2016.

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e uma remuneração variável, atrelada às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Os componentes da remuneração dos membros da diretoria da Companhia e a proporção de cada elemento na remuneração total estão descritos a seguir:

Pró-labore: remuneração nominal, parte fixa da remuneração, tem o objetivo de atrair e reter profissionais qualificados e diferenciados no mercado. Constantemente a Companhia realiza pesquisa para averiguar a compatibilidade dos seus padrões de remuneração com as práticas de mercado;

Gratificação: é diretamente relacionado ao resultado anual obtido pela Companhia e aos resultados individuais obtidos nas metas específicas definidas para cada diretor estatutário, dentro do montante global fixado anualmente pela Assembleia, como objetivo recompensar o resultado do ano quando as metas estipuladas para o período são alcançadas, esta política tem o objetivo de alinhar os interesses dos executivos e da Companhia; e

Benefícios: Os Diretores também fazem jus aos benefícios oferecidos pela Companhia a todos os seus demais integrantes, como assistência médica, odontológica e alimentação. Tais benefícios complementam o pacote de remuneração dos mesmos, compondo a remuneração total recebida.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2016 E DE 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Políticas de remunerações dos empregados e administradores da Companhia:

a) Política salarial e remuneração variável

A política salarial da DTCOM utiliza como parâmetro o valor referência de mercado, como também o desempenho econômico-financeiro. A evolução dos salários será prevista no orçamento, da mesma forma que todas as despesas, receitas e investimentos planejados pela Companhia. Como todos os itens do orçamento, a evolução dos salários será acompanhada regularmente pelos sistemas de informações gerenciais além do reajuste anual previsto em Convenção Coletiva do Sindicato da categoria.

A remuneração variável é utilizada somente para a área comercial, sendo pago salário fixo mais comissões.

b) Política de Benefícios

O fornecimento de benefícios é apontado como um dos fatores que atrai e retém talentos nas organizações. Compõe-se de ações voltadas para satisfazer as necessidades dos colaboradores e envolvem aspectos sociais, culturais, de autoestima e auto realização.

Atualmente a Companhia concede sem descontos em folha para todos os seus colaboradores independentemente de cargo ou tempo de serviço os benefícios: Assistência médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Auxílio Creche. Quanto ao Vale Refeição é descontado apenas um valor simbólico e Vale Transporte ou Combustível 6% conforme previsão legal.

* * *